



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
VEREADOR ARSELINO TATTO

PROJETO DE LEI 156/2019

(autoria conjunta com outros vereadores)

**Denomina Praça Marielle Franco a praça inominada
compreendida entre a extensão da Rua Padre Achilles
Silvestre e Logradouro inominado.**

A Câmara Municipal decreta: Art. 1º Fica denominada Praça Marielle Franco a praça inominada situada entre a extensão da Rua Padre Achilles Silvestre e Logradouro inominado no bairro Jardim Paulistano, distrito da Brasilândia Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessárias. Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A praça localizada junto à Rua Padre Achilles Silvestre pode ser considerada um importante ponto de lazer para a população do Jardim Paulistano. Resultado de uma intervenção de urbanização, a praça encontra-se inominada, razão pela qual as comunidades do entorno iniciaram processo de escolha de um nome que gostariam de sugerir que fosse dado para o local. Neste processo, após serem levantadas opções, os moradores do entorno optaram por uma mobilização para que a praça possa receber o nome de Marielle Franco. Essa mobilização contou com um abaixo-assinado que reuniu assinaturas, conforme demonstrado em documentos anexos. A escolha do nome de Marielle busca homenagear de forma inédita na cidade de São Paulo a vereadora do Rio de Janeiro assassinada durante seu mandato parlamentar em circunstâncias bárbaras que vitimou, além da própria Marielle, seu motorista, Anderson Pedro Gomes em 14 de Março de 2018. Nascida e crescida no Complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, Marielle batalhou desde sua infância pelo próprio direito à educação. Trabalhou junto aos pais como camelô para que pudesse obter os recursos necessários para estudar. Integrou a equipe de dançarinas do Furacão 2000, grupo de funk famoso no RJ. Já aos 18 anos tornou-se educadora infantil



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

VEREADOR ARSELINO TATTO

em uma creche. Mais tarde, já separada de seu marido, com quem teve sua filha, Luyara, Marielle ingressou no curso de Ciências Sociais da PUC-RJ, que concluiu por meio de bolsa de estudos do Programa Universidade para Todos. Em 2014 defendeu sua dissertação de mestrado em Administração Pública na Universidade Federal Fluminense com o título "UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro". Em 2004 iniciou seu relacionamento com Mônica Benício, sua esposa à época de seu assassinato, e com quem morava desde 2017. Marielle Franco dedicou sua militância aos direitos humanos desde que teve uma amiga morta em conflito entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Integrou a equipe do, então, deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ), onde reforçou sua atuação coordenando a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Nesta posição atuou no auxílio às famílias vítimas de violência, inclusive aquelas de policiais que foram assassinados. Em 2016 disputou sua primeira eleição pelo Partido Socialismo e Liberdade em coligação chamada "Mudar é Preciso", também composta pelo Partido Comunista Brasileiro. Foi eleita com 46 mil votos, uma votação expressiva que a colocou entre as mulheres mais bem votadas do Brasil para vereadora. Seu mandato voltou-se à melhoria das condições de vida das mulheres, da população LGBT e de populações vulneráveis de forma diversa, combatendo o machismo, o racismo e a homofobia. Apresentou projetos que se tornaram leis que apoiaram a instituição de Casas de Parto humanizado e que regularam os serviços de mototáxi, por exemplo. Na presidência da Comissão de Defesa da Mulher e demais espaços parlamentares posicionou-se criticamente à intervenção federal no Rio de Janeiro de 2018 definida pelo então presidente Michel Temer, tendo sido escolhida relatora de uma comissão específica do assunto em Fevereiro de 2018, um mês antes de sua morte. Decorrido um ano de seu assassinato, o mesmo não foi ainda solucionado, com linhas de investigação diversas que apontam para possíveis envolvimento de membros de forças de segurança do Estado e até mesmo autoridades políticas. Embora dois suspeitos de participarem diretamente da ação que tirou a vida de Marielle e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

VEREADOR ARSELINO TATTO

Anderson tenham sido presos no dia 12 de Março de 2019, suas circunstâncias ainda se encontram obscuras. Além disso, cresce a mobilização para que o crime seja elucidado em todos os seus aspectos, como em sua relação com grupos criminosos organizados, milícias, autoridades e demais envolvidos, contribuindo, também, para que se descubra quem mandou matar Marielle. Sua imagem, história e legado, por outro lado, são mundialmente conhecidos e passaram a denominar não apenas logradouros, mas, também, escolas, bolsas de estudo, coletivos de luta por direitos dos mais vulneráveis e até samba-enredo vencedor do Carnaval carioca em 2019. Marielle Franco tornou-se um símbolo de resistência que transcende colorações partidárias e evidencia a luta de mulheres negras como parte de inestimável importância para a história de nosso país. Homenageá-la com o nome de uma praça na periferia de São Paulo por sugestão de moradores locais é tornar viva a memória de sua luta e faz parte do esforço permanente para que sua existência seja celebrada. Solucionar seu assassinato e evidenciar as raízes da violência que a vitimou é uma medida de justiça fundamental para corrigir os rumos da sociedade e do Estado Democrático de Direito, além de reparar os danos que as mais diversas formas de violência geraram sobre os grupos étnicos, sociais e de gênero oprimidos ao longo de nossa história. Marielle Franco resiste! Marielle Franco vive! Marielle Franco presente!".